

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	39
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>175.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	3.673.450	3.639.854
1.01	Ativo Circulante	234.236	234.764
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	91.724	89.442
1.01.03	Contas a Receber	131.223	127.739
1.01.03.01	Clientes	131.223	127.739
1.01.03.01.01	Contas a receber	8.777	7.932
1.01.03.01.02	Contas a receber com partes relacionadas	122.446	119.807
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.523	6.493
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.094	5.910
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.672	5.180
1.01.08.03	Outros	5.672	5.180
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.727	4.727
1.01.08.03.02	Outros créditos	945	453
1.02	Ativo Não Circulante	3.439.214	3.405.090
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.194.256	1.141.998
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	861	768
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.193.395	1.141.230
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais e outros	4.176	4.075
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	1.062.357	1.025.623
1.02.01.09.05	Outros créditos	20	0
1.02.01.09.06	Contas a receber com operações com derivativos	126.842	111.532
1.02.03	Imobilizado	102.885	111.743
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	93.000	96.047
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	9.885	15.696
1.02.04	Intangível	2.142.073	2.151.349

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	3.673.450	3.639.854
2.01	Passivo Circulante	851.175	881.957
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.774	16.824
2.01.01.01	Obrigações Sociais	18.774	16.824
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	18.774	16.824
2.01.02	Fornecedores	25.084	29.076
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.044	28.253
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	40	823
2.01.03	Obrigações Fiscais	50.499	92.252
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	41.754	83.295
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	34.171	71.783
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	7.583	11.512
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.745	8.957
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	578.197	582.611
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	41.821	45.478
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	41.821	45.478
2.01.04.02	Debêntures	536.376	537.133
2.01.05	Outras Obrigações	120.882	121.693
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	26.251	17.370
2.01.05.02	Outros	94.631	104.323
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.843	19.843
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	2.530	2.575
2.01.05.02.05	Outas contas a pagar	2.755	4.666
2.01.05.02.07	Contas a pagar com operações com derivativos	69.503	77.239
2.01.06	Provisões	57.739	39.501
2.01.06.02	Outras Provisões	57.739	39.501
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	57.739	39.501
2.02	Passivo Não Circulante	1.981.730	2.050.307
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.525.890	1.581.607
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20	7.577
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	20	7.577
2.02.01.02	Debêntures	1.525.870	1.574.030
2.02.02	Outras Obrigações	281.732	282.046
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	269.217	269.217
2.02.02.02	Outros	12.515	12.829
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	12.515	12.829
2.02.03	Tributos Diferidos	128.997	128.629
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	128.997	128.629
2.02.04	Provisões	45.111	58.025
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	28.442	27.259
2.02.04.01.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	28.442	27.259
2.02.04.02	Outras Provisões	16.669	30.766
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	16.669	30.766
2.03	Patrimônio Líquido	840.545	707.590
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2.03.04	Reservas de Lucros	460.840	460.840
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	197.399	197.399
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	214.091	214.091
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	132.955	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	457.833	469.119
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-152.303	-158.893
3.02.01	Custo de construção	-18.787	-30.512
3.02.02	Provisão de manutenção	-7.404	-7.104
3.02.03	Depreciação e amortização	-39.545	-34.326
3.02.04	Custo de outorga	-46.747	-45.927
3.02.05	Serviços	-13.501	-16.805
3.02.06	Custo com pessoal	-15.344	-15.526
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-4.328	-3.946
3.02.08	Outros	-6.647	-4.747
3.03	Resultado Bruto	305.530	310.226
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-20.083	-23.563
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.544	-23.555
3.04.02.01	Serviços	-12.364	-12.929
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-5.262	-5.238
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-172	-256
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-1.352	-1.048
3.04.02.05	Outros	-1.394	-4.084
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	478	133
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-17	-141
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	285.447	286.663
3.06	Resultado Financeiro	-84.439	-68.699
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	201.008	217.964
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-68.053	-73.478
3.08.01	Corrente	-67.685	-70.919
3.08.02	Diferido	-368	-2.559
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	132.955	144.486
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	132.955	144.486
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,75974	0,82563
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,75974	0,82563

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	132.955	144.486
4.03	Resultado Abrangente do Período	132.955	144.486

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	187.673	184.893
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	273.610	265.705
6.01.01.01	Lucro líquido do período	132.955	144.486
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	368	2.559
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	1.182	1.183
6.01.01.04	Depreciação e amortização	40.897	35.374
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	18	140
6.01.01.07	Juros e var.monet.s/debêntures, emprest. e financ.	88.329	90.708
6.01.01.09	Juros e vari.monet. s/mútuo c/partes relacion.	9.425	8.112
6.01.01.11	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-121	136
6.01.01.12	Provisão para riscos trabalhistas tributários e previdenciários	2.331	1.054
6.01.01.13	Constituição(reversão) da provisão de manutenção	7.679	7.104
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1.720	1.299
6.01.01.15	Capitalização de custo de empréstimos	-2.587	-3.713
6.01.01.16	Resultado de operações com derivativos	-8.586	-22.737
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-85.937	-80.812
6.01.02.01	Contas a receber com clientes	-724	-955
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-2.732	11.044
6.01.02.03	Tributos a recuperar	3.950	230
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-37.916	6.913
6.01.02.05	Despesas antecipadas e outorga fixa	2.223	-35.644
6.01.02.07	Fornecedores	-1.715	18.465
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	-544	-5.811
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	1.950	2.701
6.01.02.10	Impostos e contrib. a recolher e parcelados e provisão para impostos	58.608	69.912
6.01.02.11	Pagamento com IR e CS	-100.361	-145.613
6.01.02.12	Obrigações com o Poder concedente	-45	10
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-5.258	-436
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-2.225	-907
6.01.02.15	Pagamento para provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-1.148	-721
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-22.471	-42.998
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-1.559	-3.737
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-20.912	-39.261
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-162.920	-42.144
6.03.02	Emprest., financ. e debêntures - pagamento de principal	-131.972	-11.288
6.03.03	Emprest., financ. e debêntures - pagamento de juros	-30.948	-30.856
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.282	99.751
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	89.442	127.577
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	91.724	227.328

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	460.840	0	0	707.590
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	460.840	0	0	707.590
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	132.955	0	132.955
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	132.955	0	132.955
5.07	Saldos Finais	246.750	0	460.840	132.955	0	840.545

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	246.035	94.000	0	586.785
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	246.035	94.000	0	586.785
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	144.486	0	144.486
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	144.486	0	144.486
5.07	Saldos Finais	246.750	0	246.035	238.486	0	731.271

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015</b>
7.01	Receitas	496.737	509.165
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	494.150	499.855
7.01.02	Outras Receitas	2.587	9.310
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-63.564	-79.857
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-23.510	-24.930
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.863	-17.311
7.02.04	Outros	-26.191	-37.616
7.02.04.01	Custo de construção	-18.787	-30.512
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-7.404	-7.104
7.03	Valor Adicionado Bruto	433.173	429.308
7.04	Retenções	-40.897	-35.374
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-40.897	-35.374
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	392.276	393.934
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	49.802	58.730
7.06.02	Receitas Financeiras	49.802	58.730
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	442.078	452.664
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	442.078	452.664
7.08.01	Pessoal	18.323	18.022
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.572	12.296
7.08.01.02	Benefícios	4.817	4.671
7.08.01.03	F.G.T.S.	669	694
7.08.01.04	Outros	265	361
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	107.397	112.911
7.08.02.01	Federais	83.350	88.886
7.08.02.02	Estaduais	200	234
7.08.02.03	Municipais	23.847	23.791
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	183.403	177.245
7.08.03.01	Juros	136.349	131.082
7.08.03.02	Aluguéis	307	236
7.08.03.03	Outras	46.747	45.927
7.08.03.03.01	Direito de Outorga	46.747	45.927
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	132.955	144.486
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	132.955	144.486

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

#### Janeiro a Março/2016

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T15.

#### 1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 439,0 milhões (+0,1%);
- O EBIT ajustado atingiu R\$ 294,1 milhões (-0,3%) e a margem EBIT ajustada 67,0% (-0,3 p.p);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 335,0 milhões (+1,4%) e a margem EBITDA ajustada 76,3% (1,0 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 133,0 milhões (-8,0%);

Indicadores (R\$ MM)	1T16	1T15	Var.%
Receita Líquida Operacional*	439,0	438,6	0,1%
EBIT (ajustado)	294,1	295,0	-0,3%
Margem EBIT (ajustada)	67,0%	67,3%	-0,3 p.p.
EBITDA (ajustado)	335,0	330,4	1,4%
Margem EBITDA (ajustada)	76,3%	75,3%	1,0 p.p.
Lucro Líquido	133,0	144,5	-8,0%

\*Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos.

#### 1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq<sup>1</sup>)

Em unid. (Veq <sup>1</sup> )	1T16	1T15	Var.%
Veículos de Passeio (Eq)	30.473.942	30.839.823	-1,2%
Veículos Comerciais (Eq)	34.144.931	35.649.642	-4,2%
Veículos Equivalentes	64.618.873	66.489.465	-2,8%

(Veq<sup>1</sup>) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

#### Tráfego consolidado (-2,8%)

O tráfego consolidado apresentou uma redução de 2,8% sobre o mesmo período de 2015.

## Comentário do Desempenho

### Veículos de passeio (-1,2%)

A categoria apresentou uma redução de 1,2% no 1T16 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

### Veículos comerciais (-4,2%)

A categoria apresentou uma redução de 4,2% no 1T16 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

### 1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Vide Contexto operacional.

### 1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

#### Receita bruta operacional

<b>Receita Bruta Operacional (R\$ mil)</b>	<b>1T16</b>	<b>1T15</b>	<b>Var.%</b>
Receita de Pedágio	469.463	469.112	0,1%
Receitas Acessórias	5.900	5.828	1,2%
<b>Receita Bruta Operacional Total</b>	<b>475.363</b>	<b>474.940</b>	<b>0,1%</b>

#### Receita de construção

<b>Receita Bruta de Construção (R\$ mil)</b>	<b>1T16</b>	<b>1T15</b>	<b>Var.%</b>
<b>Total</b>	<b>18.787</b>	<b>30.512</b>	<b>-38,4%</b>

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR AutoBAN, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

No 1T16 o volume de investimentos realizados pela companhia deve-se principalmente à implantação da 3ª faixa na Rodovia Anhanguera no Km 19+500 ao 20+600 e no km 120 ao 147, enquanto que no 1T15 deve-se à implantação das vias Marginais na Rodovia Anhanguera na região de Campinas, da implantação da 3ª faixa na Rodovia Anhanguera do km 120 ao 147 e da implantação da 5ª faixa da Rodovia dos Bandeirantes.

#### Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 1T16 (conforme demonstrado no quadro 1.1) ficou 0,1% superior em relação ao mesmo período do ano anterior.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN

## Comentário do Desempenho

(Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 7,65% sobre a receita operacional bruta, totalizaram o valor de R\$ 36,3 milhões.

### Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	1T16	1T15	Var. %
Custo de Construção	18.787	30.512	-38,4%
Provisão de Manutenção	7.404	7.104	4,2%
Depreciação e Amortização	40.897	35.374	15,6%
Custo da Outorga	46.747	45.927	1,8%
Serviços de Terceiros	25.865	29.734	-13,0%
Pessoal	20.606	20.764	-0,8%
Materiais, Equipamentos e Veículos	4.500	4.202	7,1%
Outros	7.580	8.839	-14,2%
<b>Custos Totais</b>	<b>172.386</b>	<b>182.456</b>	<b>-5,5%</b>

Os custos e a despesas totais da Concessionária tiveram uma redução de 5,5% no 1T16, alcançando o valor de R\$ 172,4 milhões.

**Custo de construção:** Os custos de construção sofreram uma redução de 38,4% no 1T16 comparado ao 1T15. Esta alteração reflete o cronograma de investimentos do período.

**Provisão de manutenção:** A provisão de manutenção sofreu um aumento de 4,2% no 1T16, refletindo os ciclos de manutenção programada da companhia.

**Depreciação e amortização:** O aumento das despesas no 1T16, em comparação ao 1T15 se deve ao início de depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 2T15 e o 4T15.

**Custo da outorga:** Este grupo de custos é impactado pela outorga variável, bem como o reajuste da outorga fixa incorrido em julho de 2015.

**Serviços de Terceiros:** Os valores do 1T16 estão 13,0% inferiores ao 1T15, principalmente em razão de variação nos serviços de custo direto.

**Materiais, Equipamentos e Veículos:** Os valores do 1T16 estão 7,1% superiores ao 1T15, principalmente pela variação no preço dos combustíveis.

**Outros:** Os valores do 1T16 estão 14,2% inferiores ao 1T15, principalmente pela reversão de provisões.

### EBITDA

Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)	1T16	1T15	Var. %
Lucro Líquido	133,0	144,5	-8,0%
(+) IR/CS	68,1	73,5	-7,3%
(+) Resultado Financeiro Líquido	84,4	68,7	22,9%
(+) Depreciação e Amortização	40,9	35,4	15,5%

**Comentário do Desempenho**

<i>EBITDA (a)</i>	326,4	322,1	1,3%
<i>Margem EBITDA (a)</i>	71,3%	68,7%	2,6 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	1,2	1,2	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	7,4	7,1	4,2%
<i>EBITDA ajustado</i>	335,0	330,4	1,4%
<i>Margem EBITDA ajustada (d)</i>	76,3%	75,3%	1,0 p.p.

**EBIT**

<b>Reconciliação EBIT Ajustado (R\$ MM)</b>	<b>1T16</b>	<b>1T15</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	133,0	144,5	-8,0%
(+) IR/CS	68,1	73,5	-7,3%
(+) Resultado Financeiro Líquido	84,4	68,7	22,9%
<i>EBIT (a)</i>	285,5	286,7	-0,4%
<i>Margem EBIT (a)</i>	62,4%	61,1%	1,3 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	1,2	1,2	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	7,4	7,1	4,2%
<i>EBIT ajustado</i>	294,1	295,0	-0,3%
<i>Margem EBIT ajustada (d)</i>	67,0%	67,3%	-0,3 p.p.

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(d) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA pelas receitas líquidas, excluídas as receitas de construção.

**Resultado financeiro líquido**

<b>Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)</b>	<b>1T16</b>	<b>1T15</b>	<b>Var.%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>134,1</b>	<b>127,5</b>	<b>5,2%</b>
Juros e Variações Monetárias	88,3	90,7	-2,6%
Juros e variações monetárias sobre mútuos	9,4	8,1	16,0%
Perda com operações de derivativos	13,3	15,5	-14,2%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1,7	1,3	30,8%
Capitalização de custos dos empréstimos	-2,6	-3,7	-29,7%
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	23,1	15,0	54,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	0,9	0,6	50,0%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>-49,8</b>	<b>-58,7</b>	<b>-15,2%</b>
Ganho com operações de derivativos	-36,3	-34,6	4,9%
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	-8,7	-18,6	-53,2%
Rendimento sobre aplicações financeiras	-4,4	-5,1	-13,7%

## Comentário do Desempenho

Juros e outras receitas financeiras	-0,5	-0,4	0,0%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>84,4</b>	<b>68,8</b>	<b>22,5%</b>

O Resultado Financeiro Líquido no 1T16 está 22,5% superior quando comparado ao 1T15, principalmente pela variação dos indexadores das dívidas.

### 2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

### 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

<b>Total de Acidentes (un)</b>	<b>1T16</b>	<b>1T15</b>	<b>Var.%</b>
Total de acidentes	1.531	1.586	-3,47%
Total de vítimas	869	885	-1,81%

**A Diretoria.**

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2016

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiá, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 1º de janeiro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
  - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira. (a)
  - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124. (b)
  - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira. (a)
  - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira. (a)
  - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba. (a)
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21. (a)
  - Recuperação do trevo do km 62. (a)
- Na Rodovia dos Bandeirantes:
  - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira. (a)
  - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas. (a)
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20. (a)

a) Obras concluídas.

b) Obras divididas em trechos que estão sendo realizadas conforme previstos no contrato de concessão.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km (2,7 km da margem esquerda e 3,2 km da margem direita) das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

## Notas Explicativas

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

### Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

### Outras informações relevantes

#### Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela AutoBAN, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a AutoBAN foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAN apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1040370-54.2014.8.26.0053 contra a AutoBAN, pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 16/06.

A AutoBAN ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1030436-72.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP, pleiteando a declaração de validade do TAM nº 16/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Após ter sido negada a produção de prova pericial nas ações, foi proferida sentença julgando procedente o pedido formulado na ação do Estado e da ARTESP, e julgando improcedente o pedido formulado na ação da AutoBAN. Contra essa sentença, a AutoBAN apresentou Embargos de Declaração que foram rejeitados pelo Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. A AutoBAN apresentou recurso de apelação em 05 de outubro de 2015. Em 15 de março de 2016, foi proferido despacho (i) recebendo o recurso de apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo, (ii) abrindo vistas ao Estado e à ARTESP para apresentar contrarrazões e (iii) determinando o encaminhamento dos autos ao Tribunal de Justiça de São Paulo após o cumprimento das duas providências anteriores. Atualmente, o processo encontra-se no Tribunal de Justiça de São Paulo aguardando julgamento do recurso de apelação apresentado pela AutoBAN.

A AutoBAN propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019925-66.2013.8.26.0053 que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 08 de outubro de 2014 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 20 de fevereiro de 2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação, que aguarda designação de data para julgamento.

## Notas Explicativas

### 2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As informações financeiras contidas nas informações trimestrais foram aprovadas pela Administração da Companhia em 05 de maio de 2016.

### 3. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

### 4. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 31 de março de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 616.939, substancialmente composto por financiamentos e debêntures, detalhados nas notas explicativas nº 13 e 14. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	5.749	7.941
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	85.975	81.501
	<u>91.724</u>	<u>89.442</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 98,82% do CDI, equivalente a 13,96% ao ano (13,10% ao ano em 31 de dezembro de 2015).

## Notas Explicativas

### 7. Contas a receber

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias (a)	1.689	1.890
Pedágio eletrônico – outros (b)	<u>7.352</u>	<u>6.427</u>
	9.041	8.317
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(264)</u>	<u>(385)</u>
	<u>8.777</u>	<u>7.932</u>

### Idade de vencimentos dos títulos em aberto

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Créditos a vencer	8.475	7.517
Créditos vencidos até 60 dias	215	338
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	87	77
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	60	96
Créditos vencidos há mais de 181 dias	<u>204</u>	<u>289</u>
	<u>9.041</u>	<u>8.317</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas a Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

### 8. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

**Notas Explicativas**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	201.008	217.964
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(68.343)	(74.108)
<b>Efeito tributário das adições e exclusões permanentes</b>		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(66)	(67)
Despesas com brindes e associações de classe	(18)	(91)
Despesas indedutíveis	(176)	(276)
Juros sobre capital próprio	-	1.057
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	544	7
Outros ajustes tributários	6	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<u>(68.053)</u>	<u>(73.478)</u>
Impostos correntes	(67.685)	(70.919)
Impostos diferidos	(368)	(2.559)
	<u>(68.053)</u>	<u>(73.478)</u>
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<u>34%</u>	<u>34%</u>

**b. Impostos diferidos**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Bases ativas</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	120.371	121.168
Valor justo de operações com derivativos	92.144	79.756
Perdas em operações com derivativos	2.124	2.122
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	9.670	9.268
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.280	131
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.965	1.579
Outros	1.974	5.628
	<u>230.528</u>	<u>219.652</u>
<b>Bases passivas</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(228.960)	(233.053)
Valor justo de operações com derivativos	(102.116)	(92.462)
Ganho nas operações de derivativos	(26.575)	(20.923)
Outros	(1.874)	(1.843)
	<u>(359.525)</u>	<u>(348.281)</u>
<b>Passivo diferido líquido</b>	<u>(128.997)</u>	<u>(128.629)</u>

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. 69 da lei 12.973/14 (fim do RTT).

## Notas Explicativas

### 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	<u>Início da concessão (1)</u>		<u>Extensão do prazo da concessão (2)</u>		<u>Total</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
	Circulante	<u>4.727</u>	<u>4.727</u>			
Não Circulante	<u>46.087</u>	<u>47.269</u>	<u>1.016.270</u>	<u>978.354</u>	<u>1.062.357</u>	<u>1.025.623</u>

- (1) A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou à indenização de contratos sub-rogados. Tais antecipações foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado durante o período de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa pela extensão do prazo de concessão (de abril de 2018 para dezembro de 2026) sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e apropriada ao resultado no período de extensão da concessão.

### 10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados do trimestre findo em 31 de março de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

	<u>Transações</u>				<u>Saldos</u>		
	<u>Serviços prestados</u>	<u>Intangível</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	
					<u>Contas a receber</u>	<u>Mútuos</u>	<u>Fornecedores e contas a pagar</u>
<b>Controladora</b>							
CCR (a)	4.870	-	-	-	10	-	1.524
<b>Outras partes relacionadas</b>							
CPC (b)	7.865	-	354	-	450	-	2.796
RodoAnel Oeste (c)	-	-	-	9.424	-	285.249	-
RodoNorte (g)	-	-	-	-	16	-	114
Serveng Cívilsan (d)	-	-	-	-	-	-	5.785
Samm (e)	-	-	329	-	1.781	-	-
Oi Móvel S.A (f)	-	-	-	-	5	-	-
STP / CGMP / SGMP (h)	-	-	-	-	<u>121.045</u>	-	-
Total circulante, 31 de março de 2016					122.446	16.032	10.219
Total não circulante, 31 de março de 2016					861	269.217	
Total, 31 de março de 2016	<u>12.735</u>	<u>-</u>	<u>683</u>	<u>9.424</u>	<u>123.307</u>	<u>285.249</u>	<u>10.219</u>
Total, 31 de dezembro de 2015					<u>120.575</u>	<u>275.824</u>	<u>10.763</u>
Total, 31 de março de 2015	<u>12.702</u>	<u>6.577</u>	<u>598</u>	<u>8.112</u>			

**Notas Explicativas****Despesas com profissionais chave da administração:**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
<b>Remuneração: (i) (j)</b>		(Reapresentado)
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	564	501
Outros benefícios:		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	1.053	268
Previdência privada	15	41
Seguro de vida	1	1
	<u>1.633</u>	<u>811</u>

**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Remuneração dos administradores (i) (j)	1.505	1.257

- a) Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados no 1º dia útil de cada mês;
  - b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
  - c) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal;
  - d) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, cujos pagamentos ocorrem até o 10º dia do mês seguinte;
  - e) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
  - f) Contrato de uso da faixa de domínio rodoviário para implantação de cabo telefônico subterrâneo, prazo de vigência indeterminado, com reajuste dos valores com base no IGP-M aplicado no mesmo período do reajuste da tarifa de pedágio, o vencimento para todo dia 10 do mês seguinte ao da emissão das faturas;
  - g) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
  - h) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia nos meses subsequentes;
  - i) Contempla valor total a pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas;
- e

## Notas Explicativas

j) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social para melhor apresentação.

Na AGO realizada em 15 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.100, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

### 11. Ativo imobilizado

#### Movimentação do custo

	31/12/2015		31/03/2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.089	-	(9)	-	3.080
Máquinas e equipamentos	49.338	-	(54)	310	49.594
Veículos	16.642	-	-	(23)	16.619
Equipamentos operacionais	135.368	-	(20)	4.290	139.638
Imobilizações em andamento	15.696	1.920	-	(7.731)	9.885
	<u>220.133</u>	<u>1.920</u>	<u>(83)</u>	<u>(3.154)</u>	<u>218.816</u>
	31/12/2014		31/03/2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
	<u>204.367</u>	<u>4.265</u>	<u>(558)</u>	<u>(138)</u>	<u>207.936</u>

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 361 no trimestre findo em 31 de março de 2016 (R\$ 528 no 1º trimestre de 2015). A taxa média de capitalização no 1º trimestre de 2016 foi de 0,66% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,62% a.m. no 1º trimestre de 2015.

#### Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2015		31/03/2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	
Móveis e utensílios	10	(1.518)	(58)	8	(1.568)	
Máquinas e equipamentos	16	(18.567)	(1.462)	44	(19.985)	
Veículos	27	(8.314)	(780)	-	(9.094)	
Equipamentos operacionais	25	(79.991)	(5.306)	13	(85.284)	
		<u>(108.390)</u>	<u>(7.606)</u>	<u>65</u>	<u>(115.931)</u>	
		31/12/2014		31/03/2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	
		<u>(84.993)</u>	<u>(6.015)</u>	<u>418</u>	<u>(90.590)</u>	

## Notas Explicativas

### 12. Ativo intangível

#### Movimentação do custo

	31/12/2015		31/03/2016	
	Saldo inicial	Adições	Transferências(a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	2.991.041	20.861	(1)	3.011.901
Direitos de uso de sistemas informatizados	11.444	-	3.123	14.567
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.266	-	32	5.298
	<u>3.007.751</u>	<u>20.861</u>	<u>3.154</u>	<u>3.031.766</u>
31/12/2014		31/03/2015		
Saldo inicial	Adições	Transferências(a)	Saldo final	
2.904.050	33.745	138	2.937.933	

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.226 no trimestre findo em 31 de março de 2016 (R\$ 3.185 no 1º trimestre em 31 de março de 2015). A taxa média de capitalização no 1º trimestre de 2015 foi de 0,66% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,62% a.m. no 1º trimestre de 2015.

#### Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2015		31/03/2016	
		Saldo inicial	Adições	Transferências(a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(844.734)	(32.656)	-	(877.390)
Direitos de uso de sistemas informatizados	21	(7.264)	(460)	-	(7.724)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(4.404)	(175)	-	(4.579)
		<u>(856.402)</u>	<u>(33.291)</u>	<u>-</u>	<u>(889.693)</u>
31/12/2014		31/03/2015			
Saldo inicial	Adições	Transferências(a)	Saldo final		
(721.273)	(29.359)	-	(750.632)		

(a) O saldo remanescente refere-se a reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico

### 13. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2016	Vencimento Final	31/03/2016	31/12/2015
BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0531% (a)	535	9	Fevereiro de 2017	38.163	48.397 (b)
BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	3.599	4.565 (b)
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	79	93 (c)
<b>Total em moeda nacional</b>				<u>9</u>		<u>41.841</u>	<u>53.055</u>
<b>Circulante</b>							
Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						41.830	45.491
Custos de transação						(9)	(13)
						<u>41.821</u>	<u>45.478</u>
<b>Não Circulante</b>							
Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						20	7.577
						<u>20</u>	<u>7.577</u>

## Notas Explicativas

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

### **Garantias:**

- (b) Fiança bancária  
(c) Bens financiados

### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

31/03/2016  
2017                      20

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

No trimestre findo em 31 de março de 2016, não houve a contratação de novas operações, renegociações ou liquidações de operações anteriores.

## 14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 31/03/2016	Vencimento final	31/03/2016	31/12/2015
4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1217% (b)	4.151	770	Setembro de 2017	727.546	848.679 (e)
4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	0,0983% (b)	1.100	210	Outubro de 2017	168.883	160.948 (e)
5a Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	0,4115% (a)	9.147	4.749	Outubro de 2018	541.097	511.753 (e)
6a Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	0,2831% (a)	7.650	5.494	Outubro de 2019	423.828	397.373 (e)
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	200.892	192.410 (e)
<b>Total geral</b>				<b>11.223</b>		<b>2.062.246</b>	<b>2.111.163</b>
						<b>31/03/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Circulante</b>							
Debêntures						540.528	541.429
Custos de transação						(4.152)	(4.296)
						<b>536.376</b>	<b>537.133</b>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures						1.532.940	1.582.084
Custos de transação						(7.070)	(8.054)
						<b>1.525.870</b>	<b>1.574.030</b>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

## Notas Explicativas

(c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.

(d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*)

### Garantias:

(e) Não existem garantias.

### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>31/03/2016</u>
2017	451.455
2018	514.984
2019	<u>566.501</u>
	<u><u>1.532.940</u></u>

As condições e restrições pactuadas e divulgadas em 31 de dezembro de 2015 não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

### **15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro a seguir, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes; e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2015</u>		<u>31/03/2016</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo final</u>
<b>Não circulante</b>						
Cíveis	3.125	894	-	(223)	11	3.807
Trabalhistas e previdenciários	4.795	402	(194)	(742)	399	4.660
Tributários	19.339	-	-	-	636	19.975
	<u>27.259</u>	<u>1.296</u>	<u>(194)</u>	<u>(965)</u>	<u>1.046</u>	<u>28.442</u>
	<u>31/12/2014</u>		<u>31/03/2015</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo final</u>
Movimento em 2015	<u>11.214</u>	<u>733</u>	<u>(326)</u>	<u>318</u>	<u>(392)</u>	<u>11.547</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no trimestre findo em 31 de março de 2016, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 98 e R\$ 85, respectivamente (R\$ 123 e R\$ 206 respectivamente em 31 de março de 2015).

## Notas Explicativas

A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Cíveis e administrativo	10.499	11.007
Trabalhistas e previdenciários	3.803	3.150
Tributárias	<u>798</u>	<u>786</u>
	<u>15.100</u>	<u>14.943</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 72.327 para os processos tributários em andamento, os quais são considerados como de risco remoto.

### 16. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2015</u>		<u>31/03/2016</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ reversão de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	39.501	3.799	945	(5.258)	18.752	57.739
Não circulante	30.766	3.880	775	-	(18.752)	16.669
	<u>70.267</u>	<u>7.679</u>	<u>1.720</u>	<u>(5.258)</u>	<u>-</u>	<u>74.408</u>
	<u>31/12/2014</u>		<u>31/03/2015</u>			
Circulante	21.010	5.095	824	(436)	2.940	29.433
Não circulante	31.559	2.009	475	-	(2.940)	31.103
	<u>52.569</u>	<u>7.104</u>	<u>1.299</u>	<u>(436)</u>	<u>-</u>	<u>60.536</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2015 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

### 17. Patrimônio Líquido

#### Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

(Em milhares, exceto lucro por ação)	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
<b>Numrador</b>		
Lucro líquido do exercício	132.955	144.486
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações (em milhares)	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	<u>0,75974</u>	<u>0,82563</u>

**Notas Explicativas****18. Receitas**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receitas de pedágio	469.463	469.112
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	18.787	30.512
Receitas acessórias	5.900	5.828
<b>Receita bruta</b>	<u>494.150</u>	<u>505.452</u>
Impostos sobre receitas	(36.315)	(36.333)
Abatimentos	(2)	-
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<u>(36.317)</u>	<u>(36.333)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u>457.833</u>	<u>469.119</u>

**19. Resultado financeiro**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis	(47.521)	(47.176)
Juros sobre mútuos	(9.425)	(8.112)
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(40.808)	(43.532)
Perda com operações de derivativos	(13.300)	(15.471)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.720)	(1.299)
Capitalização de custos dos empréstimos	2.587	3.713
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	(23.133)	(14.974)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(921)	(578)
	<u>(134.241)</u>	<u>(127.429)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>(a)</b>	
Ganho com operações de derivativos	36.346	34.560
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	8.673	18.622
Rendimento sobre aplicações financeiras	4.386	5.101
Juros e outras receitas financeiras	397	447
	<u>49.802</u>	<u>58.730</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(84.439)</u>	<u>(68.699)</u>

(a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 219.

**20. Instrumentos financeiros**

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

## Notas Explicativas

	31/03/2016			31/12/2015		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	85.975	-	-	81.501	-	-
Contas a receber	-	8.777	-	-	7.932	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	123.307	-	-	120.575	-
Contas a receber - operações com derivativos	126.842	-	-	111.532	-	-
<b>Passivos</b>						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(41.841)	-	-	(53.055)
Debêntures (a)	(1.133.808)	-	(928.438)	(1.070.074)	-	(1.041.089)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(40.353)	-	-	(46.571)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(10.219)	-	-	(10.763)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(285.249)	-	-	(275.824)
Contas a pagar - operações com derivativos	(69.503)	-	-	(77.239)	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(2.530)	-	-	(2.575)
	<u>(990.494)</u>	<u>132.084</u>	<u>(1.308.630)</u>	<u>(954.280)</u>	<u>128.507</u>	<u>(1.429.877)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação

**Debêntures mensuradas ao custo amortizado:** Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)
Debêntures	929.208	929.632	1.042.115	1.042.517

(a) Valores brutos do custo de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	31/03/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras	85.975	81.501
Debêntures	(1.133.808)	(1.070.074)
Derivativos	57.339	34.293

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
  - Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- e

## Notas Explicativas

- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### **Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, para a totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

## Notas Explicativas

S/WAP	AutôB An	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado			
					Valor justo		Moeda local		Moeda local		Moeda local		Moeda local	
					31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
	Merrill Lynch	11/06/2015	15/10/2017 (2)	IPCA + 2,71% a.a. 71,80% do CDI	163.122	168.709	161.409	-	17.449	17.664	(10.570)	(11.444)	659	-
	Posição ativa				-	(161.830)	(155.189)	-	-	-	-	-	-	-
	Posição passiva				514.070	545.847	516.959	-	53.695	47.943	(33.334)	(37.115)	9.533	-
	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,88% a.a.	-	(525.486)	(506.131)	-	(12.397)	-	-	-	-	-
	Posição passiva				100.000	114.487	107.553	-	(6.246)	12.965	(6.893)	(7.718)	3.564	2.097
	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	-	(105.676)	(102.286)	-	(6.092)	13.396	(6.725)	(7.542)	3.510	2.130
	Posição passiva				100.000	114.485	107.553	-	(105.121)	16.089	(6.725)	(7.542)	3.510	2.130
	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	50.000	57.243	53.766	-	(3.058)	8.014	(3.376)	(3.785)	1.760	1.063
	Posição passiva				-	(52.605)	(50.888)	-	-	-	-	-	-	-
	Votorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	130.106	142.448	133.796	-	(4.887)	12.901	(8.605)	(9.635)	4.020	(382)
	Posição passiva				-	(135.162)	(130.530)	-	-	-	-	-	-	-
	<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/03/2016</b>				1.057.298	57.339	34.293	-	(36.539)	126.842	(69.503)	(77.239)	23.046	-4.908
	<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015</b>				-	19.320	-	-	32.519	-	-	-	-	14.181
	<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES</b>				57.339	53.613	-	-	(4.020)	126.842	(69.503)	(77.239)	23.046	19.089

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é da tranche vigente.

(2) Os contratos possuem vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

## Notas Explicativas

### Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Riscos de juros	<u>23.046</u>	<u>19.089</u>

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2017.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(5)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	178.176	(23.220)	(27.828)	(32.437)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	566.858	(86.497)	(101.329)	(116.162)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	644.036	(101.855)	(118.755)	(135.657)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	728.316	(113.336)	(141.883)	(170.511)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2017	(177.800)	22.549	26.992	31.436
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(566.858)	86.497	101.329	116.162
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(295.429)	46.723	54.475	62.228
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(147.034)	23.254	27.112	30.971
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	170.281	(17.022)	(21.184)	(25.312)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	542.096	(67.753)	(84.545)	(101.282)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	265.122	(36.895)	(46.108)	(55.318)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	137.702	(18.471)	(23.071)	(27.665)
BNDES	Aumento da TJLP	Fevereiro de 2017	41.771	(3.565)	(4.256)	(4.945)
<b>Total do efeito de ganho ou (perda)</b>				<b>(289.591)</b>	<b>(359.051)</b>	<b>(428.492)</b>

As taxas de juros consideradas foram <sup>(1)</sup>:

CDI <sup>(2)</sup>	14,13%	17,66%	21,20%
IPC-A <sup>(3)</sup>	9,39%	11,73%	14,08%
TJLP <sup>(4)</sup>	7,50%	9,38%	11,25%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 31/03/2016, divulgada pela CETIP.

## Notas Explicativas

- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- (4) Refere-se à taxa de 31/03/2016, divulgada pelo BNDES.
- (5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/03/2016, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

### 21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

#### a) Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Outorga fixa	636.187	712.530	603.693	672.100

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 31 de março de 2016, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente</u>
2016	229.027	224.431
2017	305.370	286.747
2018	<u>101.790</u>	<u>92.515</u>
	<u><u>636.187</u></u>	<u><u>603.693</u></u>

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 76.342 (sendo R\$ 66.774 em caixa e R\$ 9.568 através de encontro de contas financeiros), referente ao direito de outorga fixa (R\$ 73.329 em 31 de março de 2015, sendo R\$ 64.024 em caixa e R\$ 9.305 através de encontro de contas financeiros).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, período de março de 2011 e abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo n°. 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas.

#### b) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita bruta mensal. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do período, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 7.182 referente ao direito de outorga variável (R\$ 7.048 em 31 de março de 2015).

## Notas Explicativas

### c) Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Compromisso de investimento	<u>103.890</u>	<u>117.180</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes.

### d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo nº. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixo da Concessão, recompondo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

## 22. Demonstração de fluxo de caixa

Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos respectivos trimestres.

Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Fornecedores	2.277	15.087
Fornecedores - partes relacionadas	-	(6.386)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>2.277</u>	<u>8.701</u>
Adições ao ativo intangível	(2.277)	(8.701)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<u>(2.277)</u>	<u>(8.701)</u>

A companhia reclassifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal reclassificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

## Notas Explicativas

### 23. Evento subsequente

Em 16 de abril de 2016, foi celebrado o 26º Termo Aditivo Modificativo (TAM) ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos 005/CR/1998 (“Contrato de Concessão”), firmado entre a Companhia e o Estado de São Paulo, representado pela ARTESP.

O referido TAM tem por objeto a implantação das obras do Complexo Jundiaí da SP330 (Jundiaí), implantação de dispositivo de acesso no Km 84+600, da SP330 (Valinhos) e de dispositivo de acesso ao Bairro Jardim São Francisco no km 110, da SP330 (Sumaré), no valor total de R\$ 227.969 de investimentos e custos. A recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão, por se tratar de novos investimentos, foi realizada pela metodologia de fluxo de caixa marginal, mediante a extensão do prazo do Contrato de Concessão por 3 meses e 15 dias.

#### Dividendos

Em 15 de abril de 2016, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária o pagamento de dividendos de 2015 no montante de R\$ 182.000, correspondente a R\$ 1,04 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de abril de 2016.

#### Empréstimo

Em 26 de abril de 2016, foi firmado contrato com Bank of America, em moeda estrangeira (dólar norte-americano), através da Lei nº 4131/1962, no montante de USD 50.000 mil, equivalente a R\$ 177.500, com vencimento em 15 de julho de 2018, remunerado à Libor de 3 meses + 2,60% a.a.. Na mesma data, foi firmado contrato de swap, trocando a remuneração da dívida por 124,80 % do CDI.

## Notas Explicativas

### Composição do Conselho da Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Ricardo Bisordi de Oliveira Lima	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Francisco de Assis nunes Bulhões	Conselheiro

### Composição da Diretoria

Maurício Soares Vasconcellos	Diretor Presidente e de Relação com Investidores
Roberto Siriani de Oliveira	Diretor Operacional

### Contador

Hélio Aurélio da Silva  
CRC 1SP129452-03

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

#### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações financeiras intermediárias de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de maio de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Alexandre Cassini Decourt

Audidores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº1 SP 276957/O-4

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2016.

Jundiaí, 05 de maio de 2016.

**SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS**

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

**SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA**

Diretor Operacional

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR's) da Companhia e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2016.

Jundiaí, 05 de maio de 2016.

SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional